



Edilson Tavares de Araújo, docente da UFBA e da UFRB. Preside a Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas e coordenou o IV ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA DO CAMPO DE PÚBLICAS.

ENTREVISTA

GESTÃO DA PANDEMIA EXIBE A FRAGILIDADE DA DEMOCRACIA BRASILEIRA

Por Sandrine Souza

A gestão da crise ocasionada pela pandemia de Covid-19 evidencia a importância de um Estado forte, capaz de criar soluções para as demandas emergenciais e garantir proteção social para os mais vulneráveis. Na avaliação da Organização das Nações Unidas, a democracia é essencial no contexto da atual crise, para garantir o fluxo de informação, a participação da sociedade civil na tomada de decisões e a responsabilização pela resposta à pandemia.

Na contramão do que preconiza a avaliação da ONU, os golpes contra a democracia brasileira continuaram, por meio de discursos anticonstitucionais e decisões políticas autoritárias. A gestão pública nacional negou os caminhos propostos pela ciência, atrasou a vacinação e promoveu a desinformação. Como consequência, a perda de mais de 600 mil vidas, o aumento da fome, o enfraquecimento da economia.

De acordo com indicadores compilados pelo *Index Democracy*, classificação da revista *The Economist*, o Brasil nunca chegou a ser considerado uma democracia plena, na qual liberdades políticas e civis fazem parte da cultura política e o governo funciona de forma satisfatória. A novidade é que, em vez de avançar, nos últimos anos, o país tem perdido posições no ranking que avalia o estado da democracia de 167 países.

Nesse sentido, a ONU alerta para o fato de que a pandemia tem sido usada para restringir os processos democráticos e o espaço cívico, especialmente, em países em que a democracia não se estabeleceu na sua plenitude.

Considerando as mediações democráticas necessárias, nas relações entre Estado e sociedade, como forma de enfrentamento das incertezas decorrentes das crises, o campo de políticas públicas reiterou seu cerne de propósitos no IV ENEPCP. O encontro, promovido pela Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Políticas entre agosto e setembro de 2021, teve como tema “Sociedade, Estado e o Público: formação e ação por caminhos democráticos em contextos de crise”.

Para falar sobre o tema da quarta edição do evento e do dossiê temático desta edição, a Revista Extensão entrevistou o Prof. Dr. Edgilson Tavares de Araújo, pouco antes da realização do evento. Edgilson Tavares de Araújo é presidente da ANEPCP e professor da Escola de Administração da UFBA e do Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas da UFRB.

Confira a entrevista!

"Sem um Estado forte e garantidor de direitos, por mais que contemos com as solidariedades da sociedade civil, não conseguiremos vencer as crises."

Revista Extensão - Professor Edgilson, a crise sanitária, política e humanitária que enfrentamos tem impactado as populações, a administração pública e as políticas públicas. Neste contexto, quais os papéis e limites do Estado, mercado e sociedade civil?

Professor Edgilson - O processo de quarentena e de isolamento social nos coloca várias ambiguidades. Ao mesmo tempo que diminui riscos, vulnerabilidades e danos pessoais e sociais, pode gerar outros que afetem aspectos físicos, psicoemocionais, econômicos e financeiros. A complexidade da crise aumenta quando compreendemos que ficar em casa é alternativa que pode ser viável para aqueles que possuem moradia e vida relativamente estável. Nesse sentido, é fundamental desmentir a falácia da dicotomia entre saúde versus economia, bem como das lógicas privatistas, meritocráticas, negacionistas e reacionárias que se expandem pelo Brasil. Sem um Estado forte e garantidor de direitos, por mais que contemos com as solidariedades da sociedade civil, não conseguiremos vencer as crises. É preciso que o mercado entenda que sem uma sociedade fortalecida e protegida pelo Estado, não há caminhos para o desenvolvimento. Nesse sentido, não basta apenas falarmos em inter-setorialidade e governança, por exemplo. Precisamos praticá-las a partir de um quadro de valores em que as fronteiras de atuação sejam o interesse público e a democracia.

Revista Extensão - De acordo com a ONU, a democracia é essencial para garantir o fluxo de informação, a participação na tomada de decisões e a responsabiliza-

ção pela resposta à pandemia. Qual a sua avaliação destes três pilares na gestão da pandemia no Brasil, levando em consideração os fatos constatados pela CPI da Covid?

Professor Edgilson - Desde 2016, vivemos constantes e progressivos ataques à nossa democracia tão jovem e, por vezes, ainda tão despolarizada devido à nossa terrível herança elitista, racista, misógina, sexista, capacitista. Como garantir fluxo de informações num momento em que fake news mobilizam negacionismos e ódios ao público? Como mobilizar a participação, quando nossas lógicas caminharam mais para dimensões institucionalistas que em uma canetada estão sendo desintegradas de modo autoritário? Qual o papel do Estado, quando o atual governo nega a ciência, a vida e a proteção social? As respostas a tais questões se evidenciam mostrando exatamente como a ausência da gestão pública e das políticas públicas voltadas para o interesse comum, inclusive da falta de coordenação interfederativa, geraram a catástrofe de mais 578 mil vítimas da Covid, um processo de vacinação tardia e desordenada. Além de tudo, os fortes indícios de corrupção que estão sendo investigados pela CPI da Covid. Nesse sentido, avalio que a nossa democracia para além da vertigem, passa por um processo de asfixia. Por isso, cabe ao Campo de Públicas, enquanto conhecedor, formador e defensor da democracia, da gestão pública e da Política voltada ao interesse comum, cada vez mais refletir e se posicionar na defesa republicana do Estado e da sociedade civil.

"Desde 2016, vivemos constantes e progressivos ataques à nossa democracia tão jovem e, por vezes, ainda tão despolarizada devido à nossa terrível herança elitista, racista, misógina, sexista, capacitista."

Revista Extensão - Como o Estado deve

agir com relação a populações vulneráveis frente ao Coronavírus, na busca por proteção social e garantia das vidas?

Professor Edgilson - Cabe ao Estado amparar de modo público, principalmente, as populações em situação de vulnerabilidade, já que estas estão em maiores riscos e menores condições de enfrentamento da pandemia. Assim, é preciso priorizar e garantir de modo universal, a única certeza que a ciência nos dá até agora sobre como enfrentar a pandemia: vacina já para todos, todas e todos! É preciso também garantir políticas públicas de segurança alimentar. As pessoas estão morrendo de fome, desempregadas, desamparadas... Por mais que existam ações solidárias da sociedade civil para amenizar esse grave problema público da fome, é o Estado que deve garantir o direito à alimentação para quem precisa. A garantia da segurança de renda básica, seja por auxílio emergencial ou outra política pública com valor justo, tem que ser compreendido como um direito e, desse modo, só o Estado tem o poder para isso.

Além disso, ao invés de estimular o negacionismo da ciência, cabe ao Estado informar e formar a população para o correto uso da máscara, bem como distribuí-la para a população em situações de vulnerabilidade, como inclusive ocorre em outros países com melhores resultados nos enfrentamento da pandemia. É urgente estimular a vacinação bem como controlar socialmente tal questão.

Outrossim, é fundamental revertermos alguns absurdos que tivemos nos últimos anos no país, como a emenda constitucional nº 95 que impõe o teto dos gastos que afeta diretamente as políticas de proteção social, inclusive da Saúde e da Assistência Social. A garantia das vidas não pode ser feita quando a prioridade é apenas o equilíbrio fiscal e o império da lógica privatista. Tenho a impressão que estamos vivendo uma total inversão de valores e de pautas. É tirano, num momento em que tantas pessoas morrem de Covid-19 ou de fome, em que o desemprego assola, a prioridade de agenda governamental seja, por exemplo, a chamada Reforma Administrativa e a privatização de estatais.

"A nossa democracia para além da vertigem, passa por um processo de asfixia"

Revista Extensão - Qual o papel das universidades públicas brasileiras no enfrentamento do atual contexto? Como a extensão universitária no campo de públicas pode colaborar?

Professor Edgilson - As universidades públicas vêm exercendo o seu papel na produção da ciência, da formação de profissionais-cidadãos, do desenvolvimento de ações extensionistas voltadas para o enfrentamento das crises, destarte todos os ataques que temos sofrido. Nesse sentido, é preciso que cada vez mais nos posicionemos pela defesa da vida, produzindo conhecimentos não apenas aplicados, mas implicados na busca de mudanças sociais. A extensão é uma das pontas do nosso tripé universitário que deve ser cada vez mais valorizada, uma vez que ao mesmo tempo que estabelece as relações de apoio às comunidades e sociedades, é um espaço de profunda aprendizagem significativa para estudantes e professores.

"A garantia da segurança de renda básica, seja por auxílio emergencial ou outra política pública com valor justo, tem que ser compreendido como um direito e, desse modo, só o Estado tem o poder para isso."

Revista Extensão - Como enfrentar as novas crises após a pandemia?

Professor Edgilson - Em meio a essas gravidades insurgentes, o Campo de Públicas deve cada vez mais reiterar seu cerne de propósitos, formando futuros gestores(as) públicos(as) e de políticas públicas de excelência, capazes de desenhar novos caminhos para responder às aspirações do público. Seguimos como um campo de resistência e de luta formando profissionais com competências tecnopolíticas direcionadas à valorização dos bens públicos, em especial, o maior de todos eles que é a vida humana. Penso que os caminhos para enfrentar novas crises passam pela formação e ação por caminhos democráticos, como assertivamente, trazemos no tema do IV ENEPCP.

"As universidades públicas vêm exercendo o seu papel na produção da ciência, da formação de profissionais-cidadãos, do desenvolvimento de ações extensionistas voltadas para o enfrentamento das crises, destarte todos os ataques que temos sofrido."

Revista Extensão - O que motivou a escolha do tema (Sociedade, Estado e o Público: formação e ação por caminhos democráticos em contextos de crise)?

Professor Edgilson - Num momento de crise em que precisaríamos ter o público fortalecido, principalmente, por meio de um Estado atuante e garantidor de proteção social, temos uma sensação terrível de um "desamparo público", como muito bem nos pontua a Profa. Rosana Boullosa. Um sentimento ou afeto de abandono, de desvalorização e de destruição da coisa pública. Isso faz com que as múltiplas demandas de uma sociedade tão desigual como a nossa, carregue esse afeto sociopolítico devido a negação dos valores democráticos e republicanos. Precisamos reagir e enfrentar essa questão. Atrelado a isso, temos uma progressiva desarticulação do Estado e da sociedade civil, que frente às demandas emergenciais,

acabam dissipando ou bloqueando experiências públicas multiatoriais que colaborem para a solução de problemas públicos sanitários, econômicos, políticos etc. Percebemos que nos últimos anos tem sido valorizada a experiência privada, individualista, retorno das lógicas caritativas ao invés da garantia dos direitos sociais, a personificação de mitos, que acabam colocando em cheque a dimensão pública da política e dos afetos. Tendo em vista todas essas gravidades insurgentes, na escolha desse tema geral, o Campo de Públicas reitera seu cerne de propósitos, considerando as mediações democráticas necessárias nas relações entre Estado e sociedade para enfrentar as incertezas decorrentes das crises e, ainda, visando formar futuros gestores e analistas sociais e de políticas públicas de excelência, capazes de desenhar novos caminhos para responder às aspirações do Público.

Os caminhos para enfrentar novas crises passam pela formação e ação por caminhos democráticos, como assertivamente, trazemos no tema do IV ENEPCP.

Revista Extensão - Quais os desafios e potencialidades do formato virtual adotado no IV ENEPCP?

Professor Edgilson - É fato que estamos cansados do remoto, das telas, do "está me escutando?"... Mas diante da pandemia de Covid-19, para quem defende valores democráticos e republicanos, não resta outra alternativa segura, a não ser o formato virtual para os eventos. Obviamente, esse modo jamais substituirá as alegrias dos encontros, o calor dos debates e trocas de conhecimento com mente, corpo e alma, dos nossos eventos presenciais. Talvez o principal desafio seja manter a sensação de acolhimento que ofertamos em

nossos ENEPCPs, de fazer um evento baseado na priorização das diferentes racionalidades, respeitando e valorizando as diversidades. É preciso adaptar muitas questões para que possamos manter a dialogicidade típica do Campo de Públicas. Sempre propiciamos uma profunda imersão cultural nas cidades que os sediam. Fazer isso, à distância, sem sentir as paisagens, cores, cheiros e sabores de nossa Bahia, da resistência democrática, é bem desafiador! Mas estamos tentando transmitir de algum modo, por meio do audiovisual, de diferentes linguagens e das tecnologias, alguns desses nossos traços identitários, de modo a despertar sentimentos de acolhimento nos participantes do evento. Isso tudo aumenta consideravelmente o trabalho da comissão organizadora que é formada por voluntários (estudantes e professores). Temos de ser muito mais criativos, inovadores e atentos a todos os detalhes. Isso implica em descobrir novos métodos, tecnologias e, conseqüentemente, outros custos, num contexto em que não há prioridade para financiamento público da ciência e muito menos para as suas atividades de difusão. Isso também não pode ser repassado para o nosso público, incorporado nos valores das inscrições, por exemplo. Felizmente, conseguimos incríveis parcerias e cooperações técnicas com a FUNCEB/Governo do Estado da Bahia, Republica.org, Enap - Escola Nacional de Administração Pública, Universidade Federal do Cariri, STI/UFBA e Comunitas. Desse modo, conseguimos ativar como principal potenciali-

dade reunir tantos(as) pesquisadores(as), estudantes de graduação e pós-graduação, gestores(as) públicos(as). Serão 912 autores(as) em 25 Sessões Temáticas com 364 artigos em 87 salas de apresentação; 27 mesas redondas; duas conferências internacionais; o Pré-evento; 05 oficinas; a II Mostra de Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora; o Concurso de Podcasts de Ações Públicas para o Enfrentamento às Desigualdades de Raça e Gênero; o Prêmio de Teses, Dissertações e TCCs Augusto Tavares; e o Sarau Campo de Públicas. A possibilidade de ampliar o número de participantes do evento, principalmente, num contexto de crise econômica e sanitária é talvez a maior potencialidade.

"Num momento de crise em que precisaríamos ter o público fortalecido, principalmente, por meio de um Estado atuante e garantidor de proteção social, temos uma sensação terrível de um 'desamparo público' "
